

Uma relação tão delicada

Marta Petricciani¹

Resumo: Partindo de situações vividas em seu trabalho como analista de crianças, a autora propõe algumas reflexões sobre um ponto específico desse trabalho: a relação do analista com os pais de seus pequenos pacientes.

Palavras-chave: tríade analista-analisando-pais, capacidade positiva.

*Não se trata só de arte e ciência,
A empresa exige assaz paciência!*
Goethe, *Faust*²

Introdução

O analista que trabalha com crianças encontra-se, sem dúvida, diante de inúmeras dificuldades que não estão presentes na análise de adultos, pelo menos de adultos não psicóticos. As fantasias das crianças, especialmente as inconscientes, são expressas no jogo, no agir e, em menor medida, na linguagem, que terá, justamente, um caráter concreto, tanto mais concreto quanto menor e mais imatura for a criança. É por meio da situação analítica que essas fantasias, jogo, ação e linguagem, irão gradualmente adquirindo sentido. Há, portanto, necessidade de variações da técnica em relação ao trabalho com adultos. Além disso, o analista de crianças deverá lidar com suas reações contratransferenciais diante da primitividade, intensidade e urgência dos desejos infantis.

Quando comecei a atender crianças, após muitos anos de prática com adultos, tive de aprender novas maneiras de estar em uma sessão e de interagir com meu paciente, isto é, novas formas de “diálogo analítico”.

Entretanto, minha maior dificuldade foi dar-me conta do fato de que, em uma relação para mim inquestionavelmente de “dupla”, havia um “terceiro” que tinha o poder de determinar, inclusive, o prosseguimento ou não do trabalho.

No artigo “Psicanálise de crianças: um terreno minado?” (Lisondo et al., 1996), as autoras, todas experientes analistas de criança, afirmam que “o trabalho analítico com crianças é mais complexo porque o campo não é constituído somente da dupla analista-analisando, mas de uma tríade: analista-analisando-pais

1 Membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo SBPSP.

2 *Nicht Kunst und Wissenschaft allien, Geduld will bei dem Werke sein!*. Goethe, *Faust*, primeira parte, “Na casa da bruxa”.

... dele fazem parte não somente a dupla analista-analisando, com tudo o que cada um traz consigo e com o que acontece entre ambos, mas os pais, com seu poder de decisão, sua presença real e suas dificuldades atualizadas na relação”.

Mesmo sabendo disso em “teoria”, confesso que fiquei desorientada quando vivi, pela primeira vez, essa experiência.

A minha “primeira vez”

Os pais de Alberto (8 anos) me procuraram trazendo como queixa principal uma preocupação ditada inicialmente pela escola: um aparente desinteresse pelas atividades escolares aliado a certa dispersão.

Os pais o descrevem como uma criança muito especial: simpática, inteligente, falante, apaixonada e apaixonante, amada por todos. Não conseguem entender o que possa estar acontecendo na escola: as dificuldades escolares de Alberto não “combinam” (sic) com a criança que é.

A mãe acrescenta também outras preocupações: ele se dá melhor com os adultos que com as crianças (aliás, segundo ela, os adultos o consideram uma criança adorável), suas amizades escolares não vão além da escola, não combina nada com nenhum amigo, nunca convida algum amigo para ir à sua casa e, quando está com outras crianças, coloca-se em uma posição passiva e dependente. Diz ainda que a solicita muito na hora da lição de casa, pergunta coisas que a deixam irritada, pois ela percebe que ele teria todas as condições de resolvê-las sozinho.

Bem, de fato Alberto era uma criança “apaixonante”: inteligente, sensível, amorosa. Foi uma das primeiras crianças que atendi e, mesmo com toda a minha falta de experiência no trabalho com crianças, sentia que nosso trabalho era fértil e a supervisão (Alberto foi o paciente da minha primeira supervisão oficial), uma ajuda preciosa.

No retorno das férias de verão – nossa primeira longa separação –, os pais pedem para conversar comigo. Nesse encontro relatam, “encantados”, que, durante as férias, perceberam que Alberto era “outra criança”: socializara com os outros meninos da praia, convidara amigos para ir à sua casa e até dormira na casa de outras crianças, o que nunca havia feito até então; a mãe observara, inclusive, a maneira “segura” com a qual ele se colocara com as crianças, com uma postura firme e ativa.

A certa altura, o pai me pergunta por quanto tempo ainda Alberto “precisa fazer terapia?”. Sou pega de surpresa. Digo que realmente não sabia e que estávamos apenas começando... Ele acrescenta, quase me interrompendo: “Então esse ano todo...”. Eu digo: “Ah, sem dúvida...”, e deixo para lá. Confesso que não dei a devida importância à pergunta do pai, nem intuí o “perigo” que ela representava. Sentia os pais de Alberto pessoas interessadas no bem-estar do

filho, sensíveis, inteligentes, amorosos; parecia que confiavam em mim e que nossa “aliança terapêutica” estava bem constituída.

Continuamos trabalhando. Ao final desse mesmo ano, no início de novembro, a mãe me telefona pedindo um encontro. Surpreendo-me e pergunto se algo havia acontecido; diz que não e me adianta o assunto: o pai está determinado a fazê-lo parar a análise. Marcamos um horário. Quando encontro Alberto, comunico esse fato a ele e pergunto se ele gostaria de vir também. Ele diz que não e que já sabe o que os pais querem conversar comigo. Eu digo que também sabia e pergunto o que ele achava. Diz que não queria parar, mas a mãe havia lhe dito que poderia “fazer natação” – sua grande paixão – somente após “parar a terapia”. Fico sem ter o que dizer. De qualquer modo, falaria com seus pais.

A conversa com os pais começa com a declaração de quanto eles estavam felizes com a evolução do filho: os problemas na escola haviam “sumido”, ele solicitava muito menos a mãe para as lições de casa e, especialmente, estava muito mais seguro com os amigos. O pai se diz “realmente muito grato”, mas confessa que não aguenta mais trazê-lo tantas vezes por semana (por questões de trabalho da mãe, era o pai quem o trazia).

Não sinto nenhuma possibilidade de argumentação: estão apenas comunicando uma decisão já tomada. Digo somente que a análise de Alberto seria interrompida por um fator “externo” à própria análise (nessa época, eu ainda não tinha a ideia da “triáde”), que estávamos em pleno trabalho, e que eu sentia muito que fosse interrompido dessa maneira, mas que não podia fazer nada a não ser respeitar a decisão deles. Digo também que, de qualquer modo, reconhecia que Alberto havia feito conquistas importantes e que, sem dúvida, era um menino com muitos recursos.

Combinamos que ele continuaria até o final do ano e que, quando interrompêssemos para as férias de Natal, ele pararia.

Quero relatar um pequeno trecho da primeira sessão com Alberto, imediatamente após essa conversa com os pais, pois contém algo que me parece uma boa metáfora para essa situação.

A cidade espacial

Entra silencioso, vai direto sentar-se junto à bancada. Permanece em silêncio. Sento-me ao seu lado e fico também alguns minutos em silêncio. Depois, início dizendo que havia conversado com seus pais... Ele move a cabeça afirmativamente, em silêncio. Falo da decisão de seus pais e digo que havíamos combinado que ele viria até o início das férias, em meados de dezembro, quando então pararíamos. Ele diz: *Eu sei*. Não acrescenta mais nada e eu também não. Percebo-me triste e me parece que ele também...

Pouco depois se levanta, vai até um canto da sala onde havia uma caixa com alguns materiais (pedaços de isopor, bolas de isopor, palitos de sorvete, palitos de dente etc.), pega uma prancha de isopor, coloca-a sobre a bancada e vai espetando palitos de dente, um aqui, outro ali. Vai colocando sobre os palitos bolas de isopor de diferentes tamanhos e interliga as bolas com outros palitos, até formar uma construção enorme e de equilíbrio precário.

Passa um bom tempo nessa atividade. Fico ao seu lado, observando em silêncio: ele trabalha concentrado, resolve dúvidas, encontra soluções e no final todas as bolas estavam interligadas. Quando acaba, pergunto o que é.

Ele: *É uma cidade espacial.*

Penso em algo distante, frio, muito diferente do “tumulto” emocional que eu estava vivendo e possivelmente ele também e, nessa linha, penso que diante de emoções tão intensas a saída era deixar tudo arrumado, asséptico, em um perfeito equilíbrio precário.

Digo: *Então é uma cidade muito distante de nós.*

Ele faz um sinal afirmativo com a cabeça. Parece pensativo.

Eu observo: *Mas não há pessoas nessa cidade!...* (Tento fazer uma alusão ao “humano” ausente...)

Ele: *Há, sim, mas elas não aparecem.*

Na ocasião, trabalhei no sentido de favorecer a integração de emoções que “não podiam aparecer” tentando ajudar Alberto a elaborar o luto que estávamos vivendo; procurei também ajudá-lo a perceber os ganhos inquestionáveis que ele havia tido – sua maior autonomia, sua possibilidade de resolver problemas, encontrar soluções etc. –, mas, considerando o caráter polissêmico do símbolo, gostaria de utilizar essa imagem nesse momento para falar da “presença” dos pais na sala de análise de crianças: eles não aparecem, mas estão lá.

E não estão lá somente como “personagens” do mundo interno da criança. Estão lá de fato e são os que têm a última palavra com relação ao prosseguimento da análise. Nesse sentido, dizer a ele que era “uma cidade muito distante de nós” não corresponde aos fatos: essa é a “cidade” pela qual transita todo analista de criança.

Na verdade, a interrupção do trabalho com Alberto certamente representou uma frustração, mas por outro lado percebia que tínhamos caminhado bastante, que alguns entraves maiores haviam sido retirados, e Alberto, sem dúvida, era uma criança com muitos recursos.

Muito diferente foi a minha experiência com Marcos e a interrupção de sua análise representou, para mim, um profundo luto.

O meu grande luto

Marcos (7 anos) veio com o “diagnóstico” de hiperatividade. Desde o início o meu “diagnóstico” fora de que o menino vivia tomado por uma angústia constante e insuportável.

Era um menino muito inteligente, às vezes extremamente doce, mas com explosões de fúria terríveis. Nesses momentos era impossível contê-lo: dava pontapés para todos os lados, batia nos colegas, quebrava tudo que estivesse ao seu alcance. Mesmo segurando-o com força, era difícil fazê-lo parar. Essas explosões tornavam sua convivência na escola muito difícil, frequentemente era suspenso e a escola destacara dois (dois!) bedéis para vigiá-lo constantemente.

Marcos havia sido adotado com um mês de vida. Sua mãe adotiva fizera inúmeros tratamentos para engravidar mas nunca conseguira, e “só depois descobrira que era por culpa do marido” (sic). Ela conta que tinha brigas terríveis com o marido, pois ele era “muito violento” e que Marcos sempre presenciara essas brigas, pois o pai adotivo “não tinha a menor consideração pelo menino”.

Quando Marcos tinha aproximadamente três anos e meio o casal se separou e Marcos foi com a mãe morar na casa dos avós maternos. Desse momento em diante viu o pai adotivo muito pouco, cada vez menos.

Depois, a mãe encontra um novo parceiro, vai viver junto com ele e a “família” se recompõe. O novo parceiro logo é chamado de pai, o pai adotivo deixa de ser visto – segundo a mãe por opção do menino, mas minha hipótese é a de que a mãe tentava “apagar” a existência desse homem, transformando seu atual companheiro em tudo e por tudo no “pai” de Marcos, a ponto de o menino, quando lhe perguntavam o nome, dizia Marcos X., com o sobrenome do atual companheiro da mãe.

É esse homem que vem, junto com a mãe, na qualidade de pai de Marcos; tenho a impressão que é uma boa pessoa e que realmente gosta do menino, mas bem cedo percebo que está ali em um papel meramente figurativo, de “príncipe consorte”, sem nenhuma força junto à mãe, que decide o que quer com relação ao menino.

A mãe, portanto, é a figura central dessa história: apresenta-se como muito bondosa, sensível, amorosa. Diz ter sido vítima de uma mãe violenta e intrusiva, que sempre tivera ciúmes dela e que agora queria roubar-lhe o filho (sic). Também fora vítima de seu primeiro marido, o pai adotivo de Marcos, que muito a maltratara. Aos meus olhos aparece logo como muito perturbada: ansiosa, dramática, ela mesma dada também a “explosões” – e que ela justifica como reações às “injustiças” das quais era vítima. Quando algo acontece, por exemplo Marcos é suspenso da escola por ter “aprontado”, ela desmaia, literalmente. Nesses momentos Marcos se desespera e grita: “Minha mãe vai morrer, minha mãe vai morrer!!!” (Houve períodos em que, em certos momentos da sessão, Marcos “morria” e cabia a mim viver todo o desespero dessa morte...)

Após cerca de dois anos do início do nosso trabalho, a mãe, repentinamente, para de trazê-lo às sessões. Posso dizer que até aquele momento Marcos havia feito algum progresso e tinha períodos de menor angústia, mas as explosões continuavam, ainda que com intervalos maiores. Naquele momento, porém, a escola havia dado uma espécie de “ultimatum” e ele corria sério risco de ser expulso.

Depois de duas ou três faltas, ligo para ela que me comunica, sumariamente, que o menino não viria mais. *Exijo* que ela e o companheiro venham conversar comigo. Ela concorda. Nesse encontro, para o qual vem sozinha, tento de todas as formas reverter sua decisão: falo do sofrimento do menino, da sua dor, da importância que esse seu “conteúdo explosivo” possa ser elaborado etc. etc., mas sinto que nada a atinge. Estava irremovível. Então peço – *imploro!* – que me traga o menino por mais um tempo para que possamos nos despedir. Ela concorda, sempre condescendente, e me “concede” mais duas semanas...

Impossível deixar de mencionar aqui a minha dor e o meu sentimento de derrota. Lembrava-me da “pescaria” dos nossos primeiros encontros, quando havíamos construído duas “varas de pescar” e pescado muitos “peixes” de massinha: na ocasião, considereei nosso jogo uma metáfora auspiciosa para o início de um trabalho... Mas Marcos havia feito, também, alguns peixes maiores e muito perigosos; tubarões terríveis que viviam “nas profundezas”, e dizia que seria impossível pegá-los. Na ocasião disse a ele que, “juntos”, talvez conseguíssemos pegar também esses “tubarões”, mas Marcos mostrara-se cético – *Marta, eles são muuuuuuuuito perigosos...* Não avaliei a extensão da sua sabedoria.

Tenho aprendido a lidar com os pais de meus pequenos pacientes fazendo uma aliança terapêutica com relativo sucesso e é sobre isso que quero falar mais adiante. Entretanto, penso que há situações nas quais essa aliança torna-se impossível, ou pelo menos muito difícil: quando o trabalho proposto pela análise choca-se contra uma expectativa narcísica patológica dos pais.

Pais narcísicos

Vou utilizar a precisa descrição feita por Maria Cristina Borja Gondim (2006) sobre pacientes narcísicos para fazer um paralelo com o que denominei “pais narcísicos”:

São analisandos que aparecem na literatura como pessoas que constroem obstáculos ao processo psicanalítico, originando impasses, reações terapêuticas negativas ou inviabilizando o atendimento. Como todos que os conhecem percebem, são extremamente sensíveis à menção de erros, limitações ou sinais de possível rejeição ... Sendo muito competitivo, está sempre se comparando, e espera ser o melhor em tudo o que faz; tem também a expectativa de receber admiração cega.

Do ponto de vista moral, precisa ser O perfeito. Reage com raiva a uma ajuda, à medida que ela evidencie qualquer possível imperfeição ou falha. É frequente alimentar ideias grandiosas.³

Maria Cristina menciona também o fato de que “esses pacientes queixam-se frequentemente de que o trabalho psicanalítico é ineficaz” e de que “a transferência é rapidamente estabelecida em termos de demandas impossíveis”.

Maria Cristina fala de *pacientes*, mas sua descrição aplica-se perfeitamente à mãe de Marcos.

Marcos, claramente, era “propriedade” da mãe, e desde o início sua “tarefa” fora sanar sua ferida narcísica de não conseguir engravidar. Era um menino muito bonito, de pele muito clara e olhos azuis, podendo realmente parecer seu filho natural. Na descrição da mãe de quando o viu pela primeira vez já aparece essa ideia, pois ela diz que teve a certeza que ele era o “seu” filho que Deus havia lhe enviado.

Marcos sabia que era adotado, mas a mãe evitava mencionar o fato. Mesmo na escola esse fato não era dito abertamente e a explicação da mãe para isso é de que “era uma decisão do menino” e que ela, respeitosa da sua individualidade (sic), o deixava “livre” para decidir se queria contar ou não... Quando digo que ela deixava nas costas de uma criança uma decisão que ela não poderia tomar ela sacode a cabeça como dizendo que o que eu falava era uma bobagem.

Naturalmente, desde o início, intuí o “terreno minado” e tentei lidar com ele.

A primeira tentativa foi dizer à mãe que era importante que ela também fizesse uma análise. Logo aceitou, dizendo que “faria qualquer coisa por seu filho!”. Indiquei uma colega, e ela foi para uma entrevista. Não voltou mais, dizendo que a analista era “fria”, “insensível” e coisas do gênero. Ela, tão sensível, amorosa, jamais poderia ter uma analista assim! Naturalmente havia uma crítica implícita à minha indicação e mais uma ocasião de reafirmar sua condição de alguém muito especial.

Propus outra indicação. Ela declinou gentilmente. Propus, então, que ela e o companheiro fossem acompanhados por algum colega para serem ajudados a lidar com o filho... (A minha tentativa fora de “diluir” qualquer possível ideia de dificuldade pessoal da mãe propondo uma ajuda a “ambos os pais” para lidar com um filho “difícil”.) Não aceitou, alegando dificuldades econômicas.

Tentei outro caminho: vê-los a cada quinze dias “para falarmos sobre o menino” (obviamente, sem nenhum “custo adicional”...). Aceitou prontamente e assim fizemos. Não se revelou um bom método porque a mãe manipulava a nossa conversa e a utilizava com Marcos para conseguir que ele se comportasse

3 Retirei as citações livremente, extraindo-as do contexto e sem as referências que Maria Cristina Borja Gondim faz: remeto ao seu texto para uma citação mais exata.

como ela desejava – *A Marta disse que...* Acabou sendo um fator de perseguição para Marcos.

Pus um ponto final também nessa alternativa, entretanto fiquei à sua disposição para conversar quando sentisse necessidade, tentando dessa forma me colocar como possível continente para suas angústias e atuações. Inútil dizer que durante todo o tempo em que trabalhei com Marcos a vi, pelo menos, uma vez por mês. Também vi, a seu pedido, sua mãe, seu pai, sua tia, fui à escola inúmeras vezes, estava disposta a tudo, até a me deixar, de certa forma, “manipular”, para que Marcos pudesse continuar sua análise. Não consegui.⁴

É claro que o que a mãe viera buscar, ao procurar uma terapia para Marcos, era muito diferente daquilo que o trabalho de análise propõe: queria que a análise transformasse seu filho “hiperativo” em uma criança “bem-comportada”, fonte de orgulho etc.

O fato, em si, não é novidade, inclusive na análise de adultos: sabemos que muitas vezes os pacientes procuram na análise algo bem diferente do que a análise se propõe oferecer, mas o próprio processo de análise, quando faz sentido, vai transformando essa demanda inicial.

Mas, no caso de pais, é possível reverter uma situação como essa? Não saberia dizer... Como dizem as autoras do texto citado, “quando a dor narcísica é maior do que a capacidade reparatória dos pais, ou de um deles, geralmente as atuações no sentido de interromper ou desvalorizar o processo analítico são muito sérias”.

Bem, mas a verdade é que minha experiência com pais não foi sempre tão negativa. Ao contrário, tenho transitado por esse “terreno minado” até com gratificações importantes.

Tenho encontrado pais sensíveis, amorosos e dispostos de fato a ajudar os filhos. Pais que realmente solicitam ajuda para aliviar o sofrimento da criança – e não para transformá-la em algo que não é –, capazes de transformarem a si mesmos para favorecer o crescimento emocional de seu filho.

Entretanto, mesmo com esse tipo de pais, tenho estado muito atenta às suas necessidades, conscientes e inconscientes, e tenho tomado alguns cuidados que gostaria de compartilhar com o leitor.

O que fui aprendendo com a experiência

Foi durante a apresentação e discussão do belo trabalho de uma colega do curso de crianças, Regina Elizabeth L. Coimbra (2006), que tantas ideias

4 No caso mencionado, creio que há outro ponto importante a ser considerado e que, por questões de espaço, não posso explorar: penso que eu me coloquei, inconscientemente, do lado da criança *contra* uma mãe que eu sentia cruel e invasiva, e isso dificultou, e muito – ou, talvez, inviabilizou –, uma possível aliança terapêutica entre nós. Só pude pensar nesse ponto muito tempo depois da interrupção da análise de Marcos.

que vagavam esparsas em minha mente formaram uma *gestalt* que teve sabor de *insight*.

Bete, analista de crianças experiente, relata um magnífico trabalho com uma menina de 11 anos e, a certa altura, conta que os pais, que queriam matricular a filha no balé, decidem “interromper a terapia”. Bete escreve: *Entendi os pais*.

Certamente é fundamental *entender os pais*, mas é justamente por entendê-los, por compreender suas dificuldades e ambivalências, que me parece necessário que o analista de crianças os auxilie a lidar com essas dificuldades e, quando necessário, se posicione com firmeza com relação à importância do trabalho de análise.

Florence Bégoin-Guignard (1986/2002) afirma que,

quando o paciente é uma criança, o analista vai ter que estabelecer relações diretas com os pais de seu paciente e terá, portanto, que aceitar plenamente a transferência que esses pais fazem com relação a ele O analista deve ser capaz de perceber tanto a angústia e a culpa quanto a ferida narcísica daqueles que são levados a pedir ajuda para o seu filho, reconhecendo com isso seu próprio fracasso e seu próprio sofrimento, mesmo quando se expressam em termos acusadores e projetivos. (Bégoin-Guignard, 1986/2002)

Para ela, será a “arte” do analista que o ajudará nessa tarefa e “essa arte não consiste de uma técnica aprendida, mas de um *estado mental* particular”.

Tenho tentado me aprimorar nessa “arte”, procurando desenvolver um *estado mental receptivo*, flexível, tentando a cada momento buscar a “justa medida” entre paciência, tolerância, compreensão, por um lado, e, por outro, quando necessário, um posicionamento firme e claro, tentando nunca perder de vista o objetivo, que é sempre a relação dos pais com a criança e com sua análise.

Penso que um *estado mental receptivo* pressupõe, em primeiro lugar, que a mente do analista possa conter e elaborar o que de primitivo os pais irão solicitar ao analista com sua transferência. Mas, depois de torná-lo “pensável” para si mesmo, penso que é necessário que o analista, de alguma forma, o torne “pensável” também para os pais.

No texto citado, Guignard afirma que o analista de crianças deverá ser capaz de aceitar plenamente as transferências dos pais, mas que “em hipótese alguma poderá interpretar, sob pena de arruinar a análise de seu paciente, mas que [essas transferências] vão requerer um importante trabalho em sua contra-transferência”.

Não fica claro, para mim, o que essa autora quer dizer... Certamente não podemos “interpretar os pais”, pelo menos não de forma direta. Mas penso que podemos utilizar nossa escuta analítica para “interpretá-los” dentro de nós com

o objetivo específico de ajudá-los a elaborar suas fantasias inconscientes com relação ao filho e sua análise.

Por exemplo, após a experiência com a mãe de Marcos, tenho estado atenta se na *díade mãe-filho* – ou *pais-filho* – há espaço para um terceiro, o analista (Lisondo et al., 1996); também tenho procurado identificar desde o início, no pedido dos pais, se a preocupação maior é com o sofrimento do filho ou uma insatisfação narcísica de um filho diferente do que eles gostariam. Quando percebo alguma dessas questões, tento logo ir “trabalhando” no sentido de torná-las “pensáveis” e, portanto, passíveis de transformação. (Entretanto, devo dizer que não tive outra experiência com uma mãe, ou pai, tão perturbada quanto a mãe de Marcos, então não sei dizer como seria em um caso como o que descrevi antes.)

Nesse ponto, penso que muitas das ideias de Ferro (1995, 1998, 2000) constituem uma ajuda preciosa para um diálogo transformador com os pais. Visto que uma ampla explanação dessas ideias extrapolaria os limites deste trabalho, citarei apenas alguns pontos que me parecem mais significativos: a importância que Ferro dá ao desenvolvimento do continente, muito mais que à explicitação do conteúdo, a questão das intervenções não saturadas (interpretações fracas), a atenção às microtransformações na sessão e o fato dessas microtransformações não ocorrerem em função de uma decodificação interpretativa, mas simplesmente captando a emoção presente no momento – para Ferro é o que Bion chama “estar em uníssono” e, segundo ele, é a soma de repetidas experiências de microuníssono que irá permitir o desenvolvimento do continente. Ferro insiste muito em um diálogo analítico não intrusivo, em respeitar as defesas do paciente, até em tolerar certa dose de mentira, sempre com a ideia de que quando há o desenvolvimento do continente, aquilo que antes não podia ser pensado agora encontra lugar. Finalmente, gostaria de lembrar que o importante, para Ferro, não é a decodificação da comunicação, mas a transformação que nós conseguimos realizar com relação à comunicação.

Percebo que não me é fácil dar um exemplo a respeito desse ponto, talvez por se tratar de situações muito sutis, compostas de uma tênue filigrana de pequenas intervenções não saturadas, mas lembro de uma situação que talvez possa exemplificar o que estou querendo dizer.

Quando os pais de Tomás (seis anos e meio) me procuraram, estavam muito alarmados: o menino desenvolvera um sintoma obsessivo – lavava as mãos toda vez que pegava em algo que julgava “sujo” – e, nos últimos meses, em correspondência à sua mudança do Jardim de Infância para o Pré, o sintoma se agravara a ponto que ele não estava mais tocando em quase nada, andava com as mãos para trás, e era necessário dar-lhe comida na boca.

Tomás era uma criança que poderíamos definir “superdotada”: tinha uma inteligência assombrosa, uma memória e uma curiosidade impressionantes. Aliás, o trabalho com ele exigiu de mim um grande exercício

contratransferencial, pois, no início, várias vezes me percebia perdendo minha “escuta analítica”, seduzida pelas frases que ele “soltava” no meio das nossas brincadeiras, do tipo: “Ah, que saudades do Jardim... À medida que a gente cresce a vida vai ficando tão mais difícil!...”.

Por outro lado, além do sintoma acima mencionado, apresentava uma série de dificuldades de relacionamento com os colegas, ora tendo uma atitude passiva, deixando seu único amigo fazer dele “gato e sapato” – no dizer do pai –, ora isolando-se e ficando horas nos joguinhos eletrônicos. Para além de outras questões que não cabem aqui, uma das hipóteses que eu fizera com relação às dificuldades de Tomás era justamente a enorme distância entre seu desenvolvimento intelectual e seu amadurecimento emocional.

O pai estava em seu segundo casamento, tinha filhos do primeiro já casados: era um empresário de sucesso, “durão”, “dono da verdade”, orgulhoso de seu “poder”, sendo que a frase que mais costumava dizer era: “Eu não admito!”. Com relação ao filho – visivelmente sua grande paixão –, “não admitia” que se comportasse “como uma criança pequena”. Naturalmente, suas dificuldades narcísicas eram evidentes para mim (inclusive o “paralelo” entre sua postura e o sintoma de Tomás: ele também “evitava o contato” com tudo o que “sujava” – no caso, suas emoções), mas eu estava consciente de que elas só me diziam respeito no que se referiam ao filho e à sua severidade para com ele e era nesse sentido que eu tentava trabalhar.

Em uma das nossas conversas, em certo ponto comentei que me parecia que o que ele “não admitia” era que o filho tivesse seis anos... Fiz o comentário de forma suave e até com certo bom humor, mas revelou-se um comentário extremamente infeliz: ele se sentiu criticado, disse que “absolutamente” não era verdade, que “sabia muito bem” que o filho só tinha seis anos e que ele estava falando de “coisas inadmissíveis” para qualquer criança etc. Eu fiz rápida marcha a ré e procurei ser mais cuidadosa dali para a frente. Na ocasião, o “estrago” só não foi maior porque eu contava com a total e irrestrita cumplicidade da mãe, mulher jovem e extremamente amorosa, intuitiva, que compreendia as dificuldades do filho e seu sofrimento.

Bem, continuei a vê-los com frequência porque o pai aproveitava qualquer pretexto para solicitar um encontro comigo. Em um desses encontros, o pai relata que tinha ido com Tomás ao salão do automóvel onde havia um carro de Fórmula 1 em exposição. Conta, entre divertido e orgulhoso, que o menino lhe perguntara por que não comprava esse carro. Ele respondera que era um carro muito caro, que não dava para circular com ele na rua e que, além de tudo, *ele não saberia dirigi-lo...* Eu me surpreendo com sua declaração, inesperada e impensável para alguém que “tudo sabia”, inclusive levando em conta sua paixão por carros e até o fato que ele me contara que, na juventude, participara de corridas de carro. Resolvo explorar o assunto e mostro surpresa: “*Como não saberia?*”. Ele afirma que certamente não... Pergunto por quê. Ele

me responde que era um carro muito mais sofisticado e complexo que os carros comuns, muito mais difícil etc.

Fico um momento em silêncio e depois comento que o que ele estava me dizendo podia ser uma boa metáfora para as dificuldades de Tomás e lhe digo: “Sabe, podemos pensar em Tomás como uma criança de seis anos que tem que ‘dirigir um carro de Fórmula 1’... Não é compreensível que tenha dificuldade?”. O pai me olha espantado, fica em silêncio e depois diz, visivelmente emocionado: *Eu tenho sido tão duro com ele...*

Capacidade positiva

O que expus até aqui se refere à busca de um estado mental receptivo que possibilite ajudar os pais a elaborar suas fantasias sobre o filho e sua análise. Entretanto, como mencionei antes, acredito que há situações nas quais é importante que o analista se posicione com firmeza com relação à importância do trabalho de análise e ao caráter prioritário que, em certas situações, este tem.

Como diz Meltzer, só quem passa pelo processo analítico compreende realmente o que é (e a sua importância, eu acrescentaria).

Então, como esperar que pais, que nunca tiveram uma experiência de análise, possam entender que há situações em que a análise é, realmente, uma prioridade? Só nós podemos dizer isso a eles.

Mas, mesmo pais com experiência de análise pessoal, ou até mesmo colegas, muitas vezes têm uma atitude ambivalente com relação à análise do filho e será tarefa do analista de crianças ajudá-los a superar suas resistências.

Também nesse ponto houve uma “primeira vez”. A minha primeira vez nesse sentido aconteceu com a mãe de Felipe, um timidíssimo garoto de onze anos.

Felipe era um garoto muito bem-dotado intelectualmente, mas com extrema dificuldade de se relacionar com os amigos de sua idade.

A mãe de Felipe era uma mulher forte e batalhadora. Profissional liberal, tivera esse filho em uma relação com um homem casado, que nunca se separara da esposa, e ela assumira sozinha a criação do menino. Estava realmente desejosa de fazer o melhor para seu filho, a busca de ajuda para ele inseria-se nesse seu desejo, e ela entendia que seu filho tinha dificuldades que o faziam sofrer.

Felipe vivia com sua mãe e um tia, irmã da mãe, conhecia o pai, mas tinha pouquíssimo contato com ele. Era tão tímido que mal conversava com os colegas de classe e, durante a hora do recreio – momento terrível para ele –, ia para a biblioteca, onde ficava até a hora de voltar para a classe. Em casa, não saía do apartamento e não tinha nenhum contato com outros meninos do prédio.

Após menos de três meses do início de nosso trabalho, a mãe me telefona para dizer que levava Felipe ao endocrinologista – ele era bastante gordinho – e acrescenta: “Marta, o endocrinologista foi taxativo: ele precisa fazer natação e, portanto, só pode ir à terapia uma vez por semana!”.

Devo à mãe de Felipe a palavra-chave que depois me foi tão útil: *taxativo*.

A minha resposta imediata foi: “Então diga ao endocrinologista que a analista dele foi taxativa: Felipe precisa de terapia, a natação pode vir depois!”.

A natação ficou para depois. No final do primeiro ano de trabalho a mãe, radiante, contou-me que Felipe voltava da escola como ela “sempre sonhara”: sujo, despenteado, suado! Descobrira o futebol com os colegas e a hora do recreio tornara-se a mais aguardada do dia. Descobrira também os amigos do prédio e, agora, ela precisava “insistir para que ele subisse” na hora do jantar. Naturalmente emagrecera...

A minha resposta ao recado do endocrinologista surpreendeu a mim mesma. Depois, refletindo sobre o fato, fui lhe dando um significado mais amplo. O endocrinologista tinha toda a razão: natação teria feito muito bem a Felipe. A mãe, desejosa de fazer o melhor para seu filho, não tinha condições de se opor a ele. Então, quem a não ser eu para ter a “autoridade” de propor uma ideia diferente? Mas, diante da atitude taxativa do médico, eu só poderia fazer um contrapeso com uma atitude tão taxativa quanto a dele.

Resolvi chamar essa atitude de *capacidade positiva* que, obviamente, defini como “a possibilidade de assumirmos nosso saber específico sem persecutoriedade”.

Penso que a *capacidade positiva* nasce da confiança no método psicanalítico e da experiência que temos de sua eficácia. Acredito profundamente na eficácia do método psicanalítico, mas confesso que eu mesma me surpreendi, no início do meu trabalho com crianças, com as transformações que acontecem em nossos pequenos pacientes, inclusive com relação a algo que, para um analista de adultos, pode soar estranho: o sintoma *realmente* pode desaparecer em poucos meses. Penso que é importante que passemos essa nossa confiança aos pais e, ao mesmo tempo, tentemos fazê-los compreender a extrema complexidade do trabalho.

Nesse sentido, levando em conta o fato de que é comum, quando a criança começa a melhorar, que os pais a tirem da terapia, tenho me “antecipado” a essa questão apontando para os pais, desde o início, que possivelmente o “sintoma”, forma pela qual a criança mostra suas dificuldades, pode desaparecer rapidamente, mas que isso *não* significa que as dificuldades foram superadas: significa somente que não há mais necessidade de um “pedido de ajuda” e que, de certa maneira, a criança sente que está sendo cuidada. (Por sorte, quando vi os pais de Tomás pela primeira vez, eu já tinha essa ideia e em uma das nossas conversas iniciais eu colocara a questão: de fato, em menos de três meses Tomás parou completamente de lavar as mãos e até em massinha estava mexendo!)

Da mesma forma, quando vejo os pais depois de certo tempo e ouço dizer que seu filho é “outra criança”, intervenho de forma *taxativa*: com certeza *não é* outra criança e as mudanças que eles percebem são somente uma indicação de que nosso trabalho está sendo possível, mas que, certamente, as conquistas ainda não estão consolidadas e há muito mais trabalho a ser feito.

A questão do tempo de duração do trabalho – como na pergunta do pai de Alberto: “Por quanto tempo ainda ele precisa fazer terapia?” – é uma questão que, frequentemente, aparece também no início do trabalho com adultos. Não é incomum que algum adulto, ao procurar uma análise, pergunte, ainda na entrevista, por quanto tempo ele “terá que vir”. Para além do significado específico e pessoal da pergunta *naquele* momento com *aquele* paciente, o que geralmente respondo é que ele só “terá” de voltar amanhã se o que conversamos hoje fizer sentido para ele. Deixo para o significado que a análise adquire ao longo do processo a resposta a essa pergunta que, aliás, em pouco tempo, deixa de existir.

Porém, no atendimento de crianças é diferente, pois os pais, se de um lado fazem parte do campo, de outro não têm a “experiência interna” do processo, o que, muitas vezes, faz com que eles continuem, compreensivelmente, focados na eliminação do sintoma. Penso que a *capacidade positiva* torna-se necessária, algumas vezes, justamente por essa “contradição”: os pais fazem parte do campo e, ao mesmo tempo, não têm a “experiência interna” do processo de análise e de seu significado mais amplo.

Para concluir...

Evidentemente, sobre tudo o que escrevi, não há nenhuma “conclusão”... Talvez a única conclusão seja mesmo a do título: sim, sem dúvida é uma relação muito delicada... É um “terreno minado” inevitável e, nesse sentido, penso que quanto mais pudermos refletir “entre nós” sobre o assunto, mais condições teremos de transitar por ele.

Una relación tan delicada

Resumen: Partiendo de situaciones vividas en su trabajo como analista de niños, la autora propone algunas reflexiones sobre un punto específico de este trabajo: la relación del analista con los padres de sus pequeños pacientes.

Palabras clave: triade analista-analizando-padres, capacidad positiva

So delicate relationship

Abstract: Starting from situations encountered in her work as a children analyst, the author proposes some reflections on a specific point of her work: the analyst's relationship with the parents of her little patients.

Keywords: triad-analyst-analyzing parents, positive capability

Referências

- Bégoïn-Guignard, F. (2002). *Setting e contratransferência na psicanálise de crianças*. São Paulo: SBPSP. (Tradução para uso exclusivo de membros e candidatos da SBPSP). (Trabalho original publicado no *Journal de la Psychanalyse de l'Enfant*, n. 2, 1986)
- Coimbra, R. E. L. (2006). Meu encontro com Paula: antes do pôr do sol: SBPSP. Trabalho apresentado em Reunião Científica da SBPSP, em 9 de março de 2006.
- Gondim, M. C. B. (2006). O psicanalista trabalhando: organizações narcísicas e função interpretativa. São Paulo: SBPSP. Trabalho apresentado em Reunião Científica na SBPSP.
- Ferro, A. (1995). *A técnica na psicanálise infantil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ferro, A. (1998). *Na sala de análise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ferro, A. (2000). *A psicanálise como literatura e terapia*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1995)
- Lisondo, A. et al. (1996). Psicanálise de crianças: um terreno minado? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 30 (1).

Marta Petricciani
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1450, cj. 208
04548-005 São Paulo, SP
Fone: 11 3045-2473
mpetricciani@terra.com.br

Recebido em: 27/4/2011

Aceito em: 1/6/2011